

Luz e Sombra

OS presidentes da Câmara e do Senado — Deputado Ulysses Guimarães e Senador José Fragelli — por iniciativa própria vieram oficialmente a público, através de uma cadeia nacional de rádio e televisão, em defesa da instituição parlamentar. Não é, entretanto, o Congresso — como instituição — que está no foco crítico.

O enquadramento dos padrões parlamentares pela denúncia de hábitos fisiológicos e vícios políticos arraigados se processa no plano objetivo. A veemência simulada por um pequeno número de parlamentares está em desproporção com os fatos que sustentam a denúncia. A defesa da instituição pelos presidentes da Câmara e do Senado também não corresponde ao teor das denúncias, porque a crítica dos padrões políticos pretendeu exatamente sensibilizar os congressistas para a necessidade de valorizar a instituição num momento histórico. Não — como pretendeu insinuar uma indignação inautêntica — incompatibilizá-la com a Nação.

O Deputado Ulysses Guimarães e o Senador José Fragelli, acima de qualquer suspeita fisiológica, se dispuseram a tomar sob sua responsabilidade a defesa do Congresso para que grupos exaltados não criassem a incompatibilidade entre os representantes e os representados. A eleição de ambos para a presidência da Câmara e do Senado foi um sinal de novos tempos, que configuravam a expectativa de uma Nova República. Os maus hábitos de uma prolongada ociosidade parlamentar sob o autoritarismo e os contraídos antes — à sombra das prerrogativas políticas indispensáveis ao funcionamento de um Congresso democrático — terão que passar nas urnas por uma purificação desejada pela sociedade para os nossos costumes políticos.

A condição de presidentes das duas instituições representativas obriga-os a não distinguirem politicamente entre maus e bons parlamentares ou entre ociosos e produtivos. A opinião pública compreende que o Deputado Ulysses Guimarães e o Senador José Fragelli tenham assumido a defesa da instituição não ameaçada, brandindo um relatório das atividades burocráticas do Congresso como escudo de proteção. Nem por isso a questão está encerrada, pois não se trata de abalar a credibilidade política do Congresso como instituição. As críticas levantadas pelo sentimento geral se destinam, ao contrário, a fortalecer o Congresso mediante a extirpação de padrões fisiológicos e eleitores incompatíveis com a evolução democrática.

Nada ameaça o Congresso Nacional como instituição. Nem mesmo o insatisfatório padrão parlamentar. A representação política atual, no entanto, está sujeita a um julgamento que não pode ser adiado indefinidamente. Durante o autoritarismo, a opinião pública fez vista grossa sobre as mais frequentes práticas fisiológicas, porque o sentimento democrático estava consciente da inoportunidade de ser severo com um poder esvaziado de responsabilidade nas decisões nacionais. Recusou-se a Nação a fazer o jogo da exceção jurídica, e evitou exercer o direito de crítica sobre a atuação parlamentar sob as precárias condições autoritárias. Não tem mais, porém, por que abdicar da prerrogativa cívica de julgar a atuação parlamentar durante o exercício do mandato. O regime democrático não limita o direito do cidadão a julgar seus representantes apenas pelo voto.

Não há, portanto, razão para que o Congresso seja preservado de qualquer avaliação objetiva. A crítica ao comportamento político dos parlamentares já não faz o jogo do obscurantismo e sim da clareza

democrática. A consciência liberal se recusa a se acumpliciar pelo silêncio com certo padrão de indiferença moral que isolou o Congresso durante o autoritarismo — quando teve vida vegetativa, com todas as regalias.

A preocupação dos brasileiros não é com as despesas de manutenção do Congresso, e sim com o outro lado — diretamente relacionado com a moral pública — em que se pratica o exercício da representação política. Vale lembrar que a crise nas suas relações com a sociedade começou exatamente na decisão do Congresso sobre duas instituições financeiras falidas: a representação política inverteu a proposta do Executivo e repassou à Nação o custo de uma panacéia paternalística. Não percebeu a representação — antes nem depois — que já estávamos numa República supostamente nova, e agiu pelo padrões que consagraram o autoritarismo da Velha República em situação análoga.

O descrédito prosperou em seqüência: as mais graves decisões foram tomadas pelos líderes, sem se tomarem os votos dos congressistas. Ouviu-se o elogio do anômalo mecanismo por estar no regimento, que foi criação do autoritarismo para restringir o teor democrático na própria instituição parlamentar.

O Congresso viveu uma existência vegetativa desde que o regime militar lhe negou poder de decisão. Deputados e Senadores tiveram seus mandatos cassados pelo Executivo; mas não é esse o único diploma político reconhecido na Nova República. A ser assim, os que foram preservados pelo arbítrio estariam definitivamente condenados como colaboracionistas.

O mérito maior do Congresso, na fase de declínio do autoritarismo (principalmente depois de abolido o AI. 5) foi o senso de equilíbrio para resistir às tentações da fanfarronice e da provocação. Foi assim que se viabilizou a transformação, lenta e gradual, mas sem retrocesso, da essência do próprio regime através de uma sucessão presidencial, de que ele foi o centro de gravidade política e institucional.

Exatamente pelo seu papel na última fase é que se esperava do Congresso uma compreensão mais alta do período a completar-se com a Constituinte. E porque a expectativa se confundia com a própria idéia de uma nova República é que a insatisfação se materializou na crítica a todas as formas de comportamento identificadas com o autoritarismo — e com sua permissividade moral, a título de compensação política e institucional.

Ninguém pode desconhecer a natureza especial das relações entre os representantes políticos e o eleitorado e condescender com suas exigências. O Congresso, a esse respeito, não é pior nem melhor do que o Executivo num país de acentuada índole paternalística. A Nação deixa muito a desejar, tão truncada por regimes autoritários tem sido a nossa evolução política. O cultivo das bases eleitorais, bem como as franquias correlatas, para viagens, correspondência postal e ligação telefônica — não justifica a semana parlamentar de três dias apenas (de terça a 5ª-feira), nem o artificialismo pelo qual essas despesas se isentam da tributação que incide sobre os salários de todos os brasileiros. A despesa, no caso, importa menos que o princípio.

O Congresso, como instituição, mantém intacta a sua credibilidade. A representação política, no entanto, responderá por seus atos perante o eleitorado, a despeito de qualquer estatística. Um julgamento moral nas urnas vai marcar decisivamente a transição política do Brasil.